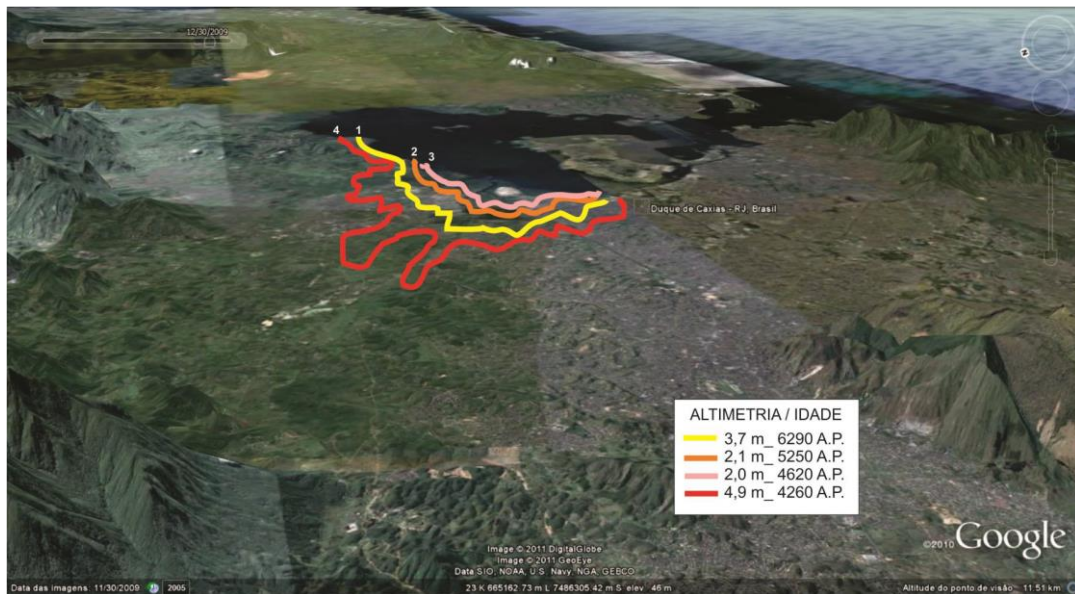
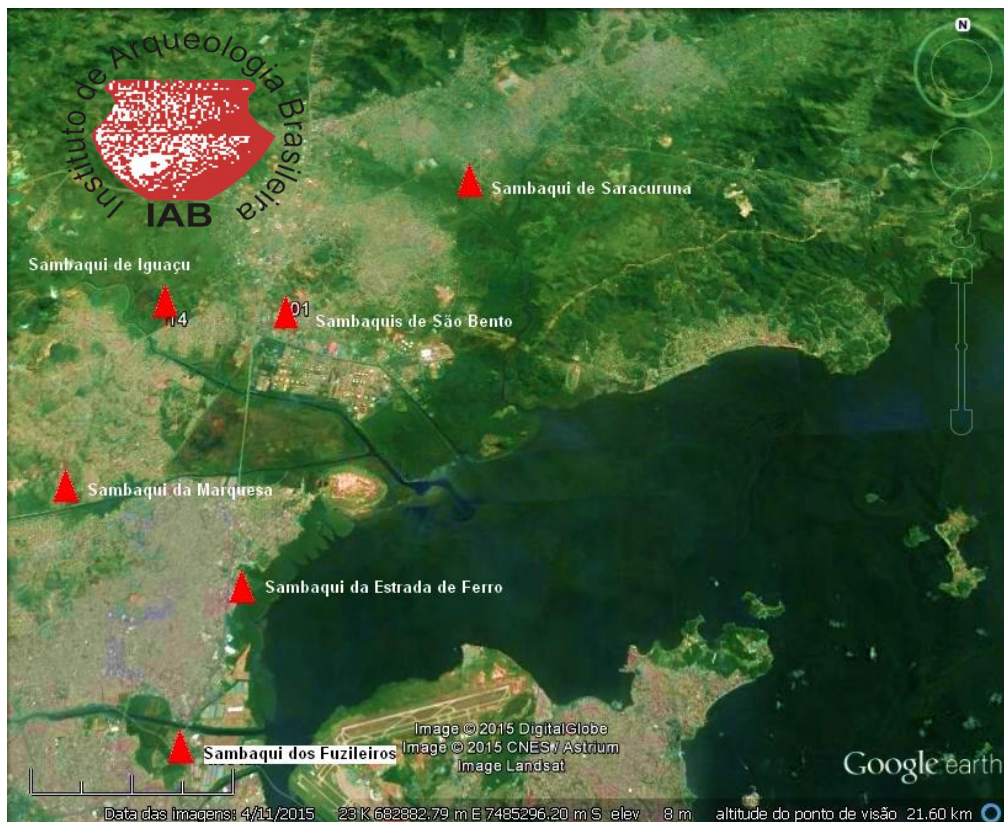


Sistematização de Informações sobre o Campo do Bomba

1. Território local foi impactado por avanços e recuos das águas da Guanabara, principalmente nos últimos dez mil anos A.P. O Campo do Bomba está situado no oeste das cercanias da Guanabara.



2. Por volta de 5 mil anos A. do P. o território era habitado pelos povos das conchas ou sambaquianos. Eles eram caçadores, pescadores e coletores de frutos do mar, principalmente de ostras. Instituíram as primeiras paisagens humanas no território formada por elevações ou encostas cobertas pelos restos de alimentos. Sepultavam seus mortos no interior e nas partes mais elevadas desses amontoados de conchas. No entorno do Campo do Bomba existem três sítios arqueológicos de Sambaquis registrados no IPHAN. Dois deles estão localizados nas margens da ferrovia. Um deles foi transformado em Sítio Escola e foi escavado em 2010. É possível que outros sítios possam ser identificados no Campo do Bomba e na área da Marinha. Por volta de 3 mil anos A. P. o território abrigou as Aldeias Tupinambás Sarapuí e Jaguararé ou Jaguaré. Portanto território indígena com vestígios das ocupações dos primeiros ancestrais.



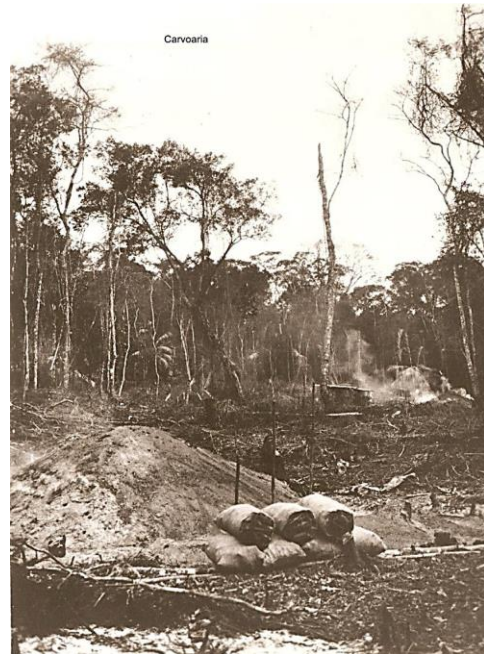
Localização dos Sítios Arqueológicos de Sambaqui no oeste da Baía da Guanabara
Instituto de Arqueologia Brasileira

3. Em 1565, essas terras foram doadas como sesmaria para o ouvidor-mor Cristóvão Monteiro e em 1567, ele instituiu a Fazenda do Iguaçu. Em 1591, a viúva Marquesa Ferreira doou partes da fazenda para a Ordem do São Bento e posteriormente vendeu o restante. A Ordem ampliou os seus domínios e administrou a fazenda até 1922. Em 1918, a fazenda foi hipoteca e como a Ordem não pagou a dívida, as terras tornaram-se devolutas e tornaram-se terras da União.



Fazenda do Iguaçu em 1918
Acervo: BN

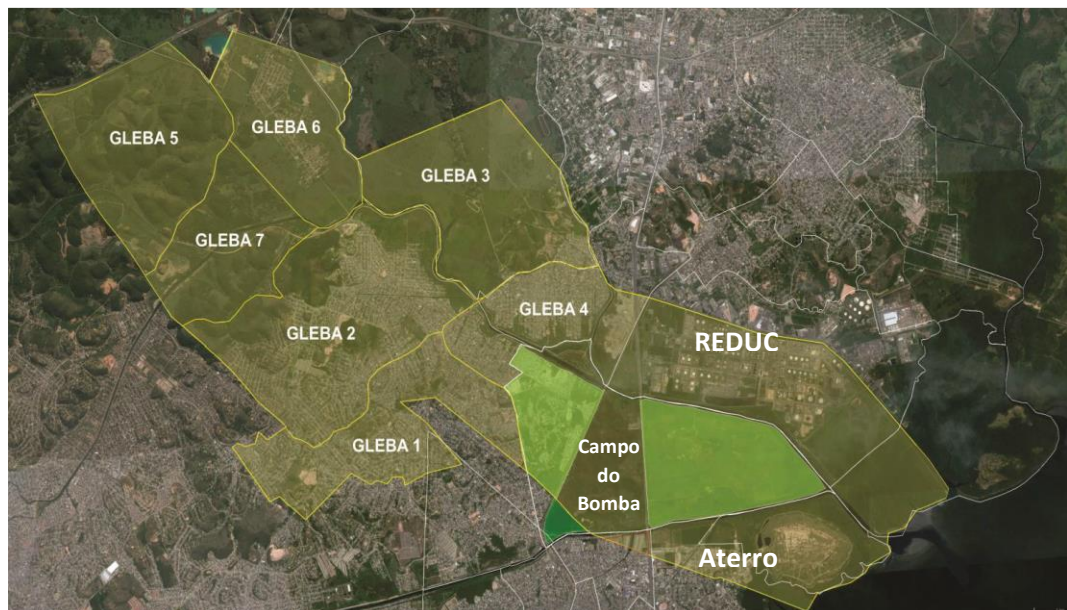
4. No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a Fazenda do Iguaçu produziu carvão e forneceu madeiras para a ferrovia provocando um intenso desmatamento de sua reserva florestal. A umidade do território era utilizada na produção de arroz. Contudo, as carvoarias provocaram em fins do século XIX um desequilíbrio ambiental, intensificaram as inundações e o agravamento das endemias rurais, principalmente a malária. A partir de 1911, foram criadas 3 Comissões de Saneamento da Baixada para revalorizar as terras e combater as enchentes.



Carvoarias e desmatamento na Fazenda do Iguaçu em 1918. Acervo BN

5. Em 1932, a fazenda foi dividida em glebas e transformada em Núcleo Colonial São Bento. Nele foi instituído em 1938, a estação Fitossanitária São Bento com o objetivo de investir no controle das endemias rurais e melhoria da produção vegetal, portanto uma unidade de pesquisas do Ministério da Agricultura. Para combater as enchentes e a umidade do território, o Ministério da Agricultura instituiu em 1939, o Parque São Bento reflorestando os morros que passou a receber a denominação posteriormente de Morro da Marinha ou do Céu. Em 1942, em uma das glebas foi instalado a Cidade dos Meninos para abrigar crianças e jovens desvalidos no formato de escola agrícola. Em 1946, o Ministério da Saúde

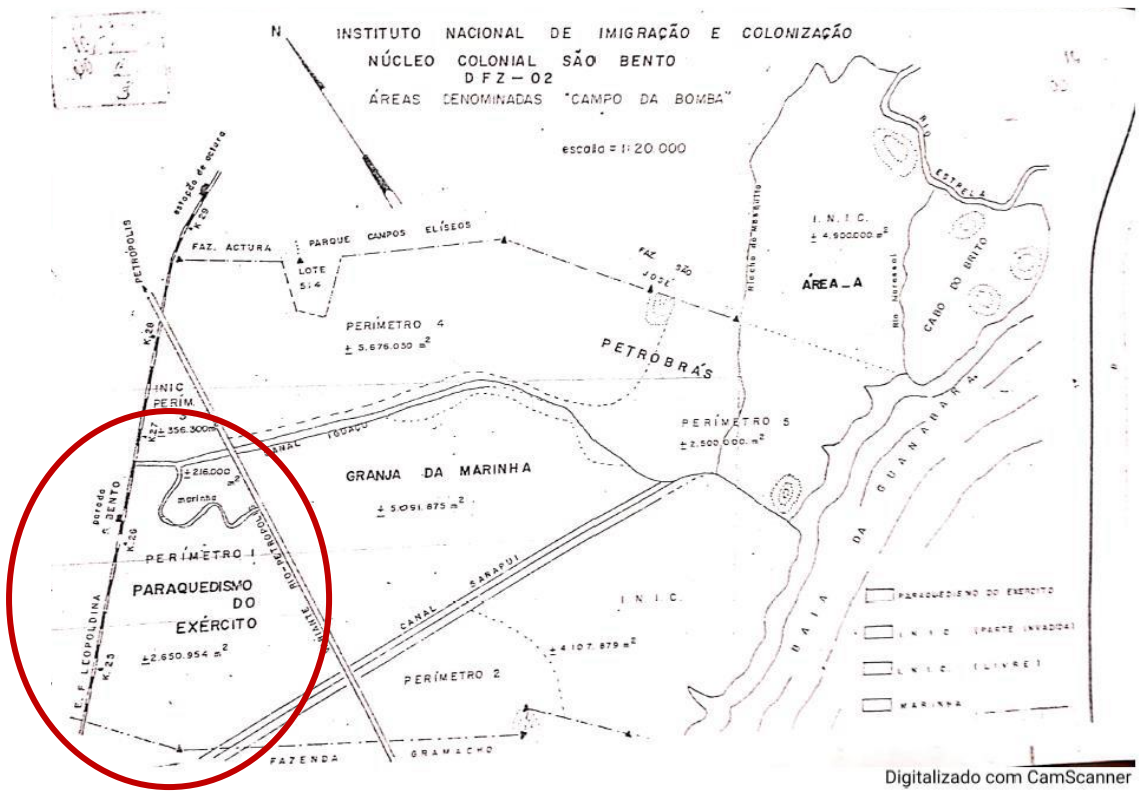
instalou em edificações da Cidade dos Meninos o Instituto de Malariologia com laboratório, hospital, Vila Malária e a Fábrica de Profilaxia que produzia medicamentos e pesticidas como o BHC que contaminou as pessoas e o lugar. Caso singular de contaminação crônica no país.



Cidades dos Meninos – Gleba 3. Areais do Amapá – Gleba 6. REDUC, Aterro do Jardim Gramacho, APA São Bento e Campo do Bomba – Gleba Sede

6. O campo do Bomba está situado nas margens da Rodovia Washington Luís e da Estrada de Ferro da Leopoldina. Nas laterais os limites são dados pelos rios Sarapuí de um lado e o Rio Iguaçu do outro. O território já foi cedido ao Paraquedismo do Exército nos anos de 1950. Do outro lado da Washington Luís está situado a Área ou Granja da Marinha com a mesma ambientação, desaguando na Baía da Guanabara. Ao fundo. Mais ao oeste, pode se ver a grande muralha formada pela Serra do Mar que recebe a denominação de Serra do Tinguá. Nesta serra e em seu sopé foi instituídas duas unidades de conservação: a APA do Alto Iguaçu (estadual) e a Rebio Tinguá (federal). Em 1957, iniciaram a construção REDUC e em 1962, inauguraram a primeira Petroquisa nas mediações da gleba sede. A partir delas surgiu o polo do petróleo e Gás. Nas margens do Rio Sarapuí foi assentado nos anos de 1970, o Aterro Metropolitano do Jardim Gramacho. A instalação do aterro, o passivo deixado por ele, o polo do petróleo e gás, a fábrica de profilaxia e depois os areais instalados

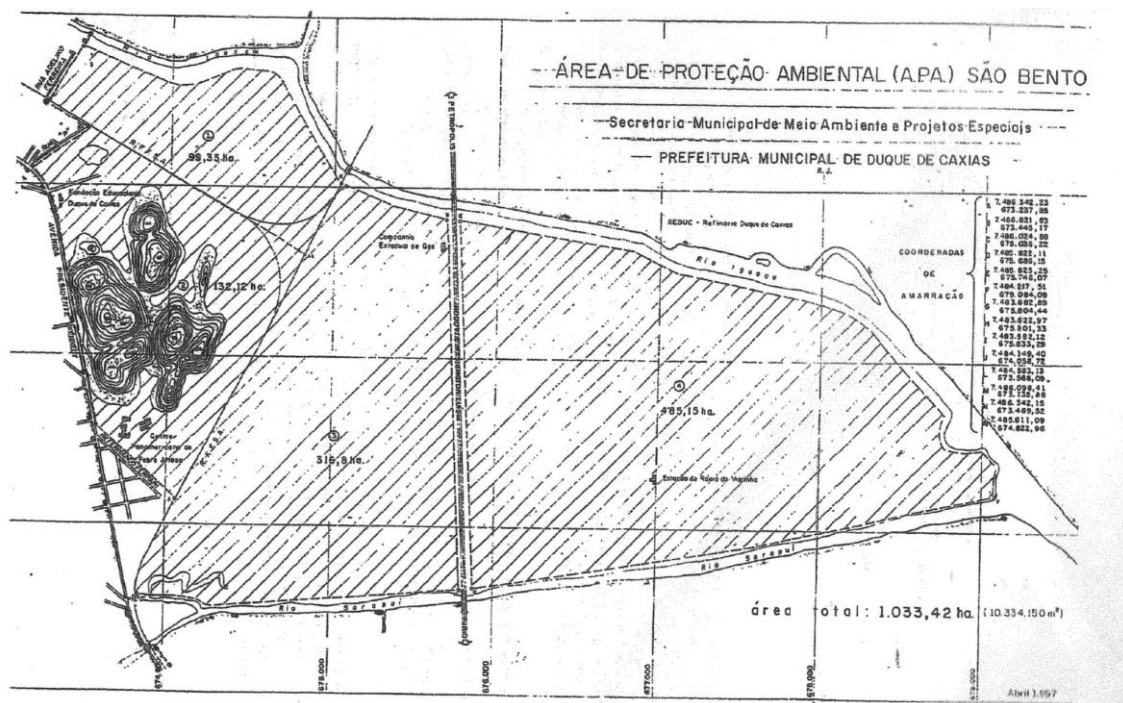
na Gleba 6/Amapá nos de 1990, caracterização esse território da Fazenda do Iguaçu como o de sacrifício e racismo ambiental em terras públicas.





Aterro e lagoas de chorume sendo escoado pelo Rio Sarapuí e Baía da Guanabara. Carvoarias nos manguezais.

7. A partir dos anos de 1950, algumas ocupações populares surgiram no território realizadas por movimentos sociais, outras através das ocupações ilícitas de terras públicas, principalmente a partir de meados dos anos de 1990. Para proteger as planícies de inundações (Área da Marinha, o Campo do Bomba), as matas ciliares dos Rios Iguaçu e Sarapuí, outros polderes de inundação controlada, o Morro do Céu ou Parque São Bento com vestígios de Mata Atlântica, o açude ou lagoa e o manguezal ainda existentes no território, propiciar a criação de um horto de mangue e recuperar áreas degradadas, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, criou em 1997, a APA São Bento. Inspirada pela ECO 92 e pelas orientações da SERLA que recomendava a preservação das áreas de inundação natural e controle das impermeabilizações do solo essenciais para o controle das enchentes. A APA ainda teria como missão proteger e salvaguardar os patrimônios arqueológicos e o patrimônio histórico nacional Casa de vivenda da Fazenda do Iguaçu e capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor, proteger fauna e flora existente.



Área da APA São Bento. Limites ao fundo: Baía da Guanabara; ao oeste: Presidente Vargas; Nas laterais: os Rios Sarapuí e Iguaçu. A APA era recortada ainda pela Estrada de Ferro da Leopoldina e pela Rodovia Washington Luís.

8. O Plano Diretor de 2006, reconheceu o território como o de interesse ambiental. No mesmo ano, a prefeitura de Duque de Caxias retirou do território da APA São Bento o Campo do Bomba por conta de interesses logísticos. Mudou posteriormente sem consulta pública o Plano Diretor, transformando a área de interesse de negócios sem nenhum debate com a sociedade e muito menos com o Conselho Gestor da Unidade de Conservação. O retrocesso ambiental não foi divulgado.

Considerandos justificadores da criação do Parque Estadual Quilombo do Bomba:

Considerando que o Campo do Bomba 1 e a Área da Marinha fazem parte da planície de inundação da bacia do Iguaçu, constituindo-se **um território de umidade** que garante a **biodiversidade** e o papel de **amenizar e prevenir os efeitos danosos das inundações**;

Considerando que esta **área de inundação controlada** com a presença de lagunas e grande acúmulo de água, recebe ainda avanços e recuos das águas da Baía da Guanabara, localiza-se muito próximo da foz do Rio Iguaçu e do Rio Sarapuí, fazendo-se necessário conter a ocupação das matas ciliares e beira-rio com vistas a assegurar o caminho para as águas e a preservação do lugar de moradia;

Considerando que estudos da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA, no início dos anos de 2000, indicou que os maiores problemas causadores de enchentes em vários municípios da Região Metropolitana do Rio ocorriam na Baixada Fluminense, cujos os rios se iniciam na Serra do Mar. O alicerce da Serra do Mar é muito elevado, e durante os períodos de fortes chuvas rapidamente ocorrem fenômenos das trombas d'água. A SERLA ainda alertava para a mudança mundial de paradigma no modo de se lidar com as enchentes. Antes, investia-se basicamente em obras, mas as construções duravam períodos limitados, até desmoronarem com chuvas maiores. Hoje se sabe que simplesmente tentar barrar a força da natureza não resolve. É preciso controlar a ocupação das áreas de risco.

Considerando que o território do Campo do Bomba e Área da Marinha são terras da União e cumprem sua função social e ambiental como polder da Bacia do Iguaçu-Sarapuí, protegendo assim, seis municípios da Baixada Fluminense

(Duque de Caxias, Belford Roxo, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis e Mesquita) e entornos de situações ainda mais agravadas de inundações;

Considerando que a impermeabilização da Bacia do Iguaçu-Sarapuí agravaria ainda mais as enchentes na Baixada Fluminense e, conseqüentemente ampliaria a exposição da sua população a situações de doenças como a leptospirose, a hepatite, doenças de pele, etc;

Considerando que a caracterização do Campo do Bomba 1 e da Marinha é de **área sujeita a inundações periódicas tornando-se naturalmente um ecossistema de suma importância por abrigar espécies raras ou ameaçadas de extinção, sendo indispensável para a preservação da biodiversidade.**

Considerando que o território abriga taboas, vegetação típica destas áreas de afloração de águas, indispensáveis na filtragem dos poluentes presentes nas vias fluviais que ameaçam a vida da Baía da Guanabara, essenciais para conter as contaminações que ocorrem no curso hídrico.

Considerando que o território faz parte do mesmo ecossistema da APA São Bento e apresenta vegetação arbórea, palustre e um dos últimos **remanescentes de Mata Atlântica** próximo ao centro urbano do município de Duque de Caxias e está localizado em ponto estratégico **retendo e servindo de barreira natural para a poluição** atmosférica, melhorando a qualidade do ar deste entorno;

Considerando sua **proximidade com a REDUC** e com o polo petroquímico, o território estabelece importante **papel de impedimento de adensamento populacional em um território exposto a poluição atmosférica, a acidentes industriais ampliados** graves que resultam em ameaça à segurança pública, além de expor a REDUC ao pagamento de indenizações onerosas aos cofres públicos quando os acidentes atingem a população do entorno.

Considerando a existência de uma intensa movimentação e volume de água no **lençol freático que perpassa os meandros abandonados dos rios Iguaçu e Sarapuí** de grande importância para a preservação dos corpos hídricos.

Considerando que qualquer aterramento e impermeabilização do Campo do Bomba 1 e da Marinha representaria colocar em situação de risco a população residente nos bairros que fazem parte da bacia do Iguaçu, principalmente o de São Bento que abriga dois sítios arqueológicos de sambaqui registrados no Departamento de Arqueologia do IPHAN (1961 e 2010 respectivamente); um sítio histórico formado pelo complexo da Fazenda do Iguaçu (casa de vivenda, capela Nossa Senhora do Rosário dos Homens de Cor e tulha) tombado pelo IPHAN em 1957; a Casa de Retiro São Francisco; a FEUDUC; Esporte Clube São Bento; O Centro Panamericanos de Febre Aftosa; igrejas e terreiro local e; as onze comunidades instaladas no interior da APA São Bento. Qualquer aterro e elevação do Campo do Bomba 1 transformaria o São Bento em área mais baixa, sujeita a inundações ainda maiores que as já experimentadas até o presente, o que resultaria em um dos maiores desastres ambientais da cidade de Duque de Caxias.

Considerando que a experiência do aterramento e impermeabilização do polder do Pilar para abrigou um condomínio logístico denominado inicialmente de BRASRIO, produziu um quadro de agravamento das inundações para as comunidades do bairro do Pilar e das adjacências sem precedentes, alertando a população para o desastre ainda maior para o caso de aterramento e impermeabilização do Campo do Bomba 1, afirmando-se assim, a importância de sua preservação.

Considerando o **valor arqueológico e histórico do território guarda os vestígios da ocupação ancestral da cidade de Duque de Caxias, da Baixada Fluminense** e do Recôncavo Guanabarrino, apresentando datações de 4 a 5 mil A.P. para a ocupação sambaquiana; de 3 a 2 mil A.P. para as Aldeias Tupis Jacutinga, Sarapuí e Jaguararé; do tempo colonial e imperial para os africanos escravizados na Fazenda do Iguaçu. O que o caracteriza como território de interesse de pesquisa em diferentes áreas de conhecimento científico;

Considerando que o **Campo do Bomba 1 abrigou o mais importante quilombo fluminense** do século XIX, denominado de Quilombo do Bomba, tendo sido encontrado uma vasta documentação histórica sobre esse mocambo e vestígios arqueológicos nas margens do Rio Iguaçu (uma máscara de ferro de

escravo fugitivo com presilha rompida por arma do século XIX), o que torna **indispensável a realização de um relatório de impacto arqueológico**;

Considerando que **o território do Campo do Bomba 1 foi suprimido dos limites da APA São Bento** em 2006, **sem uma prévia discussão ou consulta à sociedade civil** e aos conselhos municipais existentes (Conselho Municipal da Cidade, do Meio Ambiente e Conselho Gestor da APA São Bento), resultando em um retrocesso ambiental considerável;

Considerando a importância de impedir maior adensamentos logístico e urbano no território, o que agravaria ainda mais a mobilidade na Washington Luís, comprometendo o acesso a Região Serrana e as atividades da cadeia do petróleo e gás;

Considerando que o Projeto Iguaçu elaborado pelo INEA reconheceu o Campo do Bomba e da Área da Marinha como polderes e parte da Zona de Ocupação Condicionada do Baixo Iguaçu, importante para o combate das enchentes e a redução de riscos para as comunidades da Baixada Fluminense;

Considerando que o último relatório do Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas -IPCC da ONU apontam que a temperatura global pode aumentar de 1,5°C a 2° C ainda neste século e que os pesquisadores da UERJ indicam que o Rio de Janeiro sofrerá com o aumento das temperaturas e as formações das ilhas de calor, reduções médias de chuva de um lado e enchentes e avanço das águas no litoral do outro, sendo a Zona Oeste, o fundo da Baía da Guanabara e a Baixada Fluminense as áreas mais impactadas, sendo necessário investimentos em cobertura vegetal e considerar espaço para a movimentação das águas no litoral;

Considerando que o Campo do Bomba 1 está situado em uma **zona de sacrifício e injustiça ambiental** que abriga o passivo do aterro do Jardim Gramacho, principalmente o vazamento de chorume no Rio Sarapuí e Iguaçu; a presença de carvoarias e lixeiras clandestinas; a poluição atmosférica e acidentes ampliados produzidos pelo polo petroquímico como o vazamento de óleo, as explosões de 1972, o vazamento do pó de alumínio em 2011; a

existência da Cidade dos Meninos com contaminação crônica de pesticida e; inúmeras agressões e violações da APA São Bento. As múltiplas injustiças apontadas impactam uma população de trabalhadores em situação de baixos rendimentos, sem esgoto tratado, abastecimento de água irregular e em situação de constantes inundações, o que revela o tão primordial se faz a ação concreta do governo estadual com vistas a impedir um desastre ainda maior que coloque em risco a vida e a segurança da poluição local;

Considerando que no dia 26 de agosto de 2021, o Campo do Bomba sofreu com um incêndio de grande proporções e que se faz necessário uma intervenção para recuperar a área degradada, essencial para o controle de inundações e a preservação da biodiversidade.